

**HISTÓRIA  
EM  
REVISTA**

Pelotas - Número 1 - Setembro de 1994



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

# HISTÓRIA EM REVISTA

Prof. Antonio Cesar Gonçalves Borges  
*Reitor*

Prof. Daniel Souza Soares Rassier  
*Vice-Reitor*

Profª Inguelore Scheunemann de Souza  
*Pró-Reitora de Graduação*

Prof. Alci Enimar Loeck  
*Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação*

Profª Angela Maria Sinotti Gonzalez  
*Pró-Reitora de Extensão e Cultura*

Bel Flávio Chevarria Nogueira  
*Pró-Reitor Administrativo*

Bel. Antonio Leonel da Silva Cunha  
*Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento*

EDITORA UNIVERSITÁRIA  
Rua Lobo da Costa, 447  
Pelotas-RS - CEP 96.010-150

Jorn. Fernando de Oliveira Vieira  
*Diretor*

Capa: Gilnei da Paz Tavares

Planejamento Editorial: José Herminio Barbachã

Reprodução Gráfica: João José Pinheiro Meireles  
Marciano Serrat Ibeiro  
Oscar Luis Rios Bohms

Acabamento: Carlos Gilberto Costa da Silva  
Claudio Luiz Machado dos Santos  
Luiz Gonzaga Souza Cruz



Class:	REVISTA
Registro:	415
Data:	11.10.94
Doação:	

# HISTÓRIA EM REVISTA

Pelotas - Número 1 - Setembro de 1994

*Núcleo de Documentação Histórica da UFPel*

*Coordenação Administrativa:*

Profª Beatriz Ana Loner

*Coordenadores de Linhas de Pesquisa:*

*Quotidiano de Pelotas (e Região Sul):*

Prof. Fábio Vergara Cerqueira

Prof. Temístocles Américo César

*Movimento Sindical:*

Profª Lorena Almeida Gill

*História da UFPel:*

Profª Beatriz Ana Loner

*Memória e Sociedade:*

Profª Maria Letícia Mazzuchi Ferreira

*Técnicos Administrativos:*

Alvim da Silva Jorge

Domingos Barreto Rodrigues

*Comissão Editorial*

Profª Beatriz Ana Loner

Prof. Fábio Vergara Cerqueira

Profª Lorena Almeida Gill

Prof. Temístocles Américo César

*Apresentação* ..... 5

Artigos:

*Reconstrução da  
memória da UFPel* ..... 7  
Beatriz Ana Loner

*A evolução urbana de Pelotas:  
um estudo metodológico* ..... 21  
Sidney Gonçalves Vieira  
Óthon Ferreira Pereira  
Jakson Silvano de Toni

*Os periódicos do final do século XIX  
e do início do século XX  
e o cotidiano de Pelotas* ..... 35  
Fábio Vergara Cerqueira  
Temístocles Américo César

*Mulheres em estudo:  
um movimento outro  
um outro movimento* ..... 39  
Lorena Almeida Gill  
Denise Bussoleti

*Museu e  
memória histórica* ..... 48  
Maria Letícia Mazzuchi Ferreira

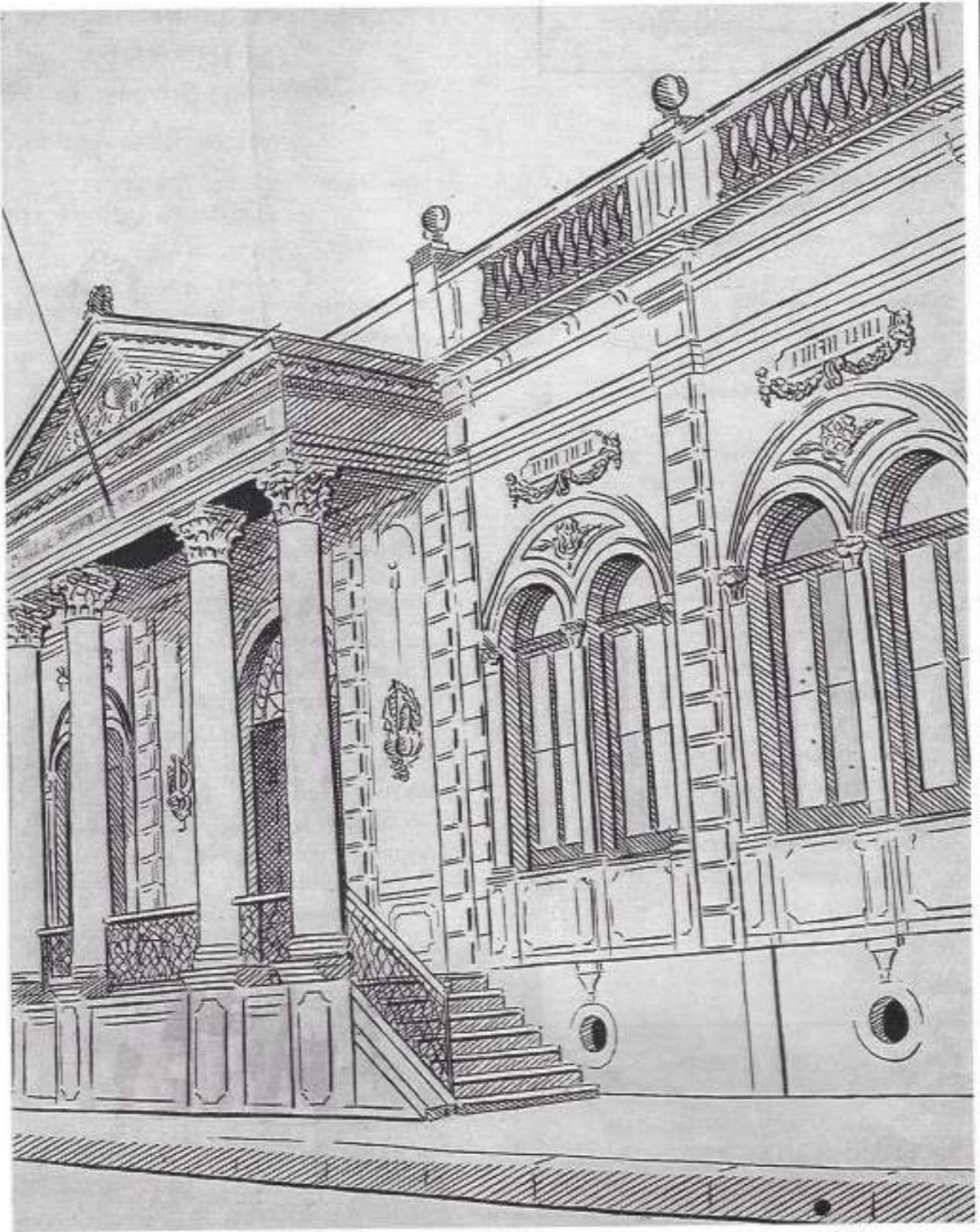
*O sujeito essencial:  
teoria histórica e discurso* ..... 52  
Temístocles Américo César

*Da aplicação do conceito  
de imaginário no estudo da história* ..... 57  
Fábio Vergara Cerqueira

## HISTÓRIA EM REVISTA

PUBLICAÇÃO DO NÚCLEO DE  
DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA UFPel

PELOTAS, PRAÇA 7 DE JULHO, 180  
CEP 96.020-010 - RS



# MULHERES EM ESTUDO: UM MOVIMENTO OUTRO UM OUTRO MOVIMENTO

Lorena Almeida Gill  
Denise Bussoletti

*"As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência - à hierarquia, à disciplina que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história."*

Michelle Perrot

## **A pesquisa e o ensino sobre a condição da mulher no Brasil**

O ano de 1975, Ano Internacional da Mulher, pode ser considerado um marco tanto na história do feminismo, quanto no desenvolvimento da pesquisa sobre a condição da mulher no Brasil. Todo este

---

*Este artigo traz a apresentação de duas pesquisas que estão sendo realizadas sobre relações de gênero e faz parte de uma discussão inicial que tem como objetivo organizar um núcleo de estudos na UFPel, tendo como base este tema.*

---

movimento está vinculado ao ascenso dos movimentos populares e sociais contra a ditadura militar e ao crescimento do feminismo a nível internacional.

Ainda que a luta pelo sufrágio na década de 20 seja considerado como a primeira luta organizada das mulheres no Brasil, a década de 70 será marcada pelo início efetivo de uma pesquisa sobre a condição da mulher, não mais no plano apenas da identificação da mulher enquanto minoria, mas no sentido de desvendar a luta pela supressão da desigualdade entre os sexos, e mais do que isso fazer com que através desse estudo a mulher pudesse descobrir sua verdadeira identidade, abandonando a chamada domesticidade e transformando-se em cidadã.

O campo educacional foi um dos primeiros a se lançar na discussão sobre a discriminação dos sexos. Isto explica-se pela maioria esmagadora de mulheres na carreira do magistério, que além de serem discriminadas em suas casas, sofrem uma diferenciação com relação a outras carreiras do ensino superior, levando-se em conta seus rendimentos, pois a discriminação salarial contra a mulher é ainda mais demonstrável nas ocupações em que a participação feminina é maior.

Quando se fala de pesquisa sobre mulheres no Brasil, um dos problemas que ainda encontramos é a necessidade de provarmos que nossa atividade desenvolve-se

dentro do maior rigor científico, não tratando-se apenas de uma denúncia, se bem que isto seja importante. É necessário compreender que nossa produção tem como objetivo fazer uma sólida elaboração teórica, que a nós parece fundamental.

A pesquisa expandiu-se ainda mais na década de 80, segundo dados trabalhados por Carmem Barroso antes de 70, apenas 2 teses de mestrado foram defendidas tendo como tema a mulher, de 1970 – 1974, foram 17, de 1975 – 79, 54 e de 1980 – 84, 61 (Barroso, 1987).

Atualmente desenvolve-se todo um leque de temáticas sobre a mulher desde educação e trabalho, até questões como sexualidade, violência, saúde; no entanto, as pesquisas continuam restritas dentro do campo das ciências sociais e humanas, dominado por mulheres tradicionalmente.

Com relação ao ensino, este encontra-se ainda muito limitado. Hoje estuda-se sobre a situação da mulher fundamentalmente em cursos de pós-graduação, que possuem um currículo mais flexível, podendo abarcar assuntos do interesse de determinado professor. Na área de graduação o que está colocado são cursos de extensão, palestras, mas, na maior parte das vezes, nenhuma elaboração maior que permita uma mudança na conformação geral do curso, que coloque a discussão sobre a questão do gênero, ainda que existam tentativas individuais.

Recentemente a palavra “gênero” passa a ser utilizada na literatura feminista, referindo-se à organização social da relação entre os sexos. Tal conceito se constrói como rejeição ao determinismo biológico implícito no uso dos termos “sexo” ou “diferença sexual”, utilizados anteriormente. Como também introduz uma reciprocidade na compreensão das relações entre homens e mulheres, tornando impossível um estudo separado da problemática.

Joan Scott ressalta a existência de três forças teóricas na análise do gênero: 1ª) uma tentativa inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado, 2ª) uma tradição marxista que procura um compromisso com as críticas feministas, 3ª) fundamentalmente divididas entre o pós-estruturalismo francês e as teorias das relações do objeto, inspiradas em

várias escolas de psicanálise para explicar a produção da identidade provida de gênero do sujeito”.

Para Elizabeth Souza Lobo, a construção do gênero como categoria analítica se relaciona justamente com os impasses da teoria do patriarcado, das análises marxistas e do desenvolvimento autônomo de abordagens psicanalíticas. Entendendo que “o eixo de reflexão nas pesquisas feministas passa a ser muito mais o da busca dos significados das representações do feminino e do masculino, as construções culturais e históricas das relações de gênero coloca na atualidade outra questão: a da relação de gênero como relação de poder”.

Para o desenvolvimento das pesquisas foi fundamental a organização das associações científicas, como a SBPC (Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência), que na década de 70 constituía foro único na Sociedade brasileira, a ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), que possui toda uma preocupação de reconceituar a participação política feminina, assim como tantas outras entidades.

Durante a repressão da ditadura militar foi de fundamental importância a constituição de centros de pesquisa, privados e independentes, e a atuação de entidades internacionais, que puderam financiar docentes progressistas expulsos da Universidade por razões políticas.

“Foi dentro dos centros de pesquisa, instituições pequenas e recentes, e portanto com hierarquia de poder menos definida e inflexível, que pesquisadoras jovens encontraram espaço mais permeável à introdução de temas ainda insuficientemente legitimados” (Barroso, 1987).

Outra questão importante de se debater é justamente sobre quem pesquisa sobre a mulher. A grande maioria de pesquisadores sobre mulheres são mulheres e grande parte destas são militantes do movimento de mulheres.

É lógico que são as forças sociais em atividade que dão vida à produção acadêmica, mas com relação à pesquisa e militância sobre a mulher, estas encontravam-se totalmente relacionadas até o final da década de 70, desenvolvendo-se pesquisa principalmente sobre

a questão do trabalho.

Atualmente o que se busca é diferenciar "as necessidades do saber científico das demandas da prática política" (Costa, 1985). Isto está demonstrado através do crescimento da pesquisa sobre a mulher em várias áreas do conhecimento: Sociologia, Ciência Política, Antropologia, História, Letras, Psicologia, abordando temáticas as mais diversas e todas fundamentais para desnudar este jogo intrincando das relações de gênero entre os seres humanos.

### Os grupos autônomos de mulheres

"A formação do movimento não é o resultado de uma relação causal, miséria – demanda ou opressão reivindicação ou ainda inversamente: expansão de serviços públicos – necessidades, mas a formulação de demandas, reivindicações ou necessidades coletivas passam pela construção de uma idéia de direitos, pelo reconhecimento de uma coletividade. É deste processo que a análise da participação das mulheres nos movimentos pode ser reveladora" (Lobo, 1987).

Os grupos autônomos de mulheres são importantíssimos enquanto momento de discussão sobre a realidade da mulher. Através destes grupos a articulação entre a vida privada e pública se coloca. Não importa o que os levou a se constituírem em um primeiro momento, se foram questões familiares, grupos de trabalho, grupos que discutem questões vinculadas à religião, o que importa é que através da criação de uma certa cumplicidade entre as mulheres que passam a conviver, estabeleça-se modificações na esfera das relações familiares e de suas vidas cotidianas.

Existe toda uma gama de grupos de mulheres organizadas em todo o Brasil. Destes muitos afirmam-se feministas e constituem um avanço certamente naquelas organizações anteriormente citadas. Estes grupos agem como fomentadores de discussão sobre as relações de gênero e relacionada a estas discutem a questão do poder.

"As relações das mulheres com o poder inscrevem-se primeiramente no jogo de palavras. Poder, como muitos outros, é um termo polissêmico. No singular, ele

tem uma conotação política e designa basicamente a figura central, cardeal do Estado, que comumente se supõe masculina. No plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalente a influências, difusas e periféricas, onde as mulheres têm sua grande parcela" (Perrot, 1988).

Mesmo quando as mulheres estão presentes na vida pública, e hoje as prefeitas, vereadoras, deputadas, já não se constituem em uma imagem de exceção, a participação das mulheres nos movimentos não se traduz em representação política própria, já que, uma vez terminada uma mobilização qualquer, a mulher volta à esfera da vida privada.

Às mulheres cabe as questões de reprodução; aos homens, questões ligadas à produção. Assim é explicada a presença destes nos movimentos.

A importância de grupos autônomos coloca-se também na discussão sobre a participação das mulheres em comissões dentro de partidos de esquerda. O que se percebe, com relação a estas comissões, é que os partidos não elaboram programas que contemplem de forma específica questões vinculadas às mulheres.

Dentro da necessidade de luta sob os mais variados prismas na sociedade capitalista, os partidos de esquerda vinculam à libertação das mulheres a construção de uma outra sociedade, mais justa e igualitária, esquecendo-se de que a consciência das pessoas não se altera com a simples transformação nas relações de produção e sim é construída em discussões próprias, travadas no dia-a-dia.

Em síntese, esta discussão nos remete ao que Rubin refere-se como o movimento que não só reivindica igualdade entre homens e mulheres como a transformação dos papéis sociais. Acreditamos como a autora que o avanço desta luta depende da resolução histórica de duas questões: "Uma talvez mais teórica: a articulação necessária entre a busca radical de igualdade entre o homem e a mulher (que não implica identificação, mas na verdade diferenciação), a busca de igualdade entre os homens (isto é o socialismo) e a democracia. Outra talvez mais prática: como articular o movimento mais amplo de mulheres (e também o movimento mais geral de transformação social) no aqui e no

agora" (Rubin, 1987).

**PESQUISA:  
A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA  
DIREÇÃO DOS SINDICATOS EM PELOTAS**

Antes que comecemos a falar sobre a nossa pesquisa (A participação das mulheres na direção dos sindicatos em Pelotas), alguns dados se revelam extremamente elucidativos do interesse que nos levou a este estudo.

Cristina Bruschini coloca que, entre 1970 e 1985, a População economicamente ativa feminina triplicou, passando de 6,1 para 18,4% e em 1985, este percentual subirá para 36% (Bruschini, 1985). Os dados atuais concentram-se nesta mesma faixa, embora a previsão das estatísticas aponte mais de 40% nos anos 90.

O trabalho da mulher, no entanto, continua se dando em ocupações bem evidenciadas, que se coadunam com as chamadas características femininas: atenção, destreza, cuidado, disciplina e assim por diante. Este trabalho no Brasil concentra-se nos setores de prestação de serviços e social, que em hipótese alguma são valorizados social e pecuniariamente.

A relação de complementariedade do salário da mulher com o de seu companheiro sugere um tipo de explicação sobre o porquê de tão baixas remunerações e sem dúvida nos coloca como cidadãs de segunda categoria, que devem ser mantidas e sustentadas por um homem.

O contingente maior de mulheres que trabalham fora são mulheres chefes de família, separadas, divorciadas, mães solteiras, vindo em seguida as mulheres solteiras e as mulheres casadas (Bruschini, 1985). Estes dados permitem demonstrar a falsidade do argumento do salário complementar para explicar o rebaixamento salarial sofrido pelas mulheres.

Com relação à participação das mulheres nos sindicatos, a pesquisa sindical do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) coloca que no Brasil em 1988, 9,09 milhões de trabalhadores (as) eram filiados (as) a sindicatos ou associações, sendo que destes 74,4% são homens e 25,6% são mulheres. Mesmo com esta participação inferior, 12,8% das mulheres dessas

associações manifestaram um interesse pela participação política contra 8,4% dos homens. Os homens revelaram um grande interesse (36,1%) pelas atividades esportivas e culturais. Quanto à participação das mulheres nos órgãos de direção sindical a nível nacional, a realidade mostra que do total de dirigentes sindicais existentes no Brasil, apenas 14,4% são mulheres.

No III CONCURTO (Congresso da Central Única de Trabalhadores), acontecido em 1988, do total de delegados, 25,1% eram mulheres, sendo que uma foi eleita para a Executiva, que contava com 20 membros; no IV CONCURTO, que ocorreu em 1991, 18,3% eram mulheres, sendo que duas foram eleitas para a Executiva da Central, que hoje conta com 32 membros.

Atualmente existe toda uma discussão dentro de partidos políticos e sindicatos, sobre a possibilidade de uma cota mínima garantida às mulheres nos órgãos de direção. Assim o Partido dos Trabalhadores, por exemplo, aprovou, no último Congresso Nacional, a fixação de uma cota mínima de 30% em todas as instâncias de direção partidária, no entanto muitos problemas têm se colocado à aplicação destas cotas. Problemas que se colocam ainda com relação à posição dos homens, que resistem o quanto podem para retardar uma divisão do poder, usando questões inclusive como a falta de capacitação política das mulheres, sem questionar o porquê desta situação. Com relação às próprias mulheres militantes, pode-se sentir que um número considerável aceita estes argumentos como válidos, esquecendo-se de que até hoje os homens tiveram uma cota fixa de 90 a 95% nos cargos de direção.

A nível da CUT, esta discussão também está colocada e o interessante disto tudo é que todo um debate sobre a necessidade e a importância da participação das mulheres coloca-se de uma forma mais geral, fazendo com que as próprias mulheres possam refletir sobre sua condição, a condição de ser mulher, sendo diferente e ao mesmo tempo tão igual a todas as pessoas que são capazes de ser e fazer política.

A pesquisa que estamos realizando procura justamente estudar a participação política das mulheres nos sindicatos em Pelotas, trabalhando a partir de entrevistas com diretores (as) e com mulheres sindicalizadas,

no sentido de desvendar não apenas percentuais de representatividade feminina colocada neste ou naquele sindicato, mas basicamente interessada no porquê da baixa participação nos órgãos diretivos, na relação colocada em casa com seu companheiro, na divisão de tarefas domésticas, na questão da dupla jornada de trabalho, no relacionamento com companheiros de categoria e fundamentalmente quer desvendar a política elaborada pelos sindicatos para chamar às mulheres à participação.

Sabe-se que alguns sindicatos em Pelotas têm tomado a iniciativa de organizar comissões de mulheres, mas são exemplos extremamente fragmentados que não conseguem relacionar-se com as demais realidades sindicais, e por isso não elaboram intervenções conjuntas com relação às questões específicas da mulher.

A pesquisa pretende ser mais um passo na construção da identidade feminina. Identidade que se forja a partir de tanto sofrimento, tanta opressão, tanta desigualdade, mas também e sobretudo a partir de muita resistência.

"Não se trata de constituir um novo território que seria o da história das mulheres, uma concessão tranqüila em que elas se expandiriam à vontade, ao abrigo de qualquer contradição; trata-se muito mais de mudar a direção do olhar histórico colocando a questão da relação entre os sexos como central. A história das mulheres em suma só é possível a este preço." (Perrot, 1984).

#### **PESQUISA:**

#### **MOVIMENTO DE TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA: UM ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO FEMININO?**

Nosso objetivo com este trabalho é de tentar compreender como se processa psico e socialmente a construção da identidade de gênero feminino. Escolhemos para tanto o cenário de um movimento social específico, o movimento dos trabalhadores rurais sem terra, bem como as atrizes, nem sempre protagonistas, que são as mulheres pertencentes a este movimento.

A tarefa de compreender o processo de construção

da identidade de gênero feminino a partir da ótica da psicologia social revela suas limitações, entre outras a da própria dificuldade em definir o conceito de identidade. Poucos conceitos são tão "multifacetados" e polêmicos como este, dependendo dos aspectos a serem resgatados por uma ou outra área do conhecimento científico.

Para nossos objetivos neste momento não nos interessa penetrar nesta polêmica mas isto sim referendar o entendimento do que aqui consideramos identidade. Partimos portanto de uma definição comumente utilizada em Psicologia Social que entende ser identidade "aquela parte de um indivíduo que deriva de seu conhecimento de pertencer, ou de ser membro de um grupo (ou mais grupos) assim como o valor e o significado emocional ligados a tal afiliação" (Tajfel, 1978).

Acreditamos ainda, que é a identidade social, apreendida no contexto das relações sociais na qual ela se produz, que nos possibilita a investigação do papel das ideologias transformadoras. Privilegiamos o contexto do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, pela compreensão de alguns elementos que sob nossa ótica tornam mais específico e relevante seu projeto.

Entendemos assim ser o M.S.T. um dos poucos movimentos, se não o único, em que a dicotomia público e privado torna-se de tal forma explícita, de forma que a família sai da esfera do doméstico para a esfera do político. Tal movimento faz com que a antiga forma de organização da unidade familiar, que conferia ao homem o espaço da lavoura (o que é considerado realmente produtivo) e o da mulher o espaço da casa necessite ser alterada.

Sendo assim o que vem a seguir é uma tentativa de aglutinar nossas principais indagações acerca da construção da identidade das mulheres trabalhadoras rurais sem terra, fundamentalmente a partir de duas faces desta identidade, a identidade enquanto necessidade, homogeneidade e a identidade enquanto conflito.

#### *I - A Identidade enquanto necessidade e homogeneidade: a condição de sem terra e a condição de assentada*

A paisagem rural brasileira retrata uma profunda

desigualdade social.

Sem querer detalhar as origens desta problemática, interessa, para fins deste trabalho ressaltar o Movimento Social (MS) gerado por estas contradições. Estes "novos sujeitos" denominados trabalhadores rurais sem terra impõem-se ao cenário nacional, levando-nos a fazer outra pergunta: Quem são eles, o que é este movimento?

Do próprio movimento é retirada sua definição: "O Movimento dos trabalhadores rurais sem terra é uma forma dos trabalhadores de um município, de uma comunidade, se articularem para conquistarem seus direitos de terra" (Cadernos de Formação MST - nº 5).

No entanto, analisando as classes sociais no campo verifica-se que os chamados sem terra são os parceiros, arrendatários e meeiros, que passam a fazer parte da luta histórica do campesinato.

Gehlen (1986) destaca que para os chamados sem terra historicamente marginalizados em relação às formas sociais dominantes, a luta pela terra traz implícita uma nova afirmação social – "Eu tenho a terra" – como também insere-se em um processo de reforma agrária. Este processo, para o autor, consta de três momentos distintos: O primeiro que é dado pela luta pelo acesso à terra (mobilizações, invasões, acampamentos etc...), o segundo que é o momento do assentamento e o terceiro que é a consolidação da nova condição diante do processo produtivo no que se refere a organização social e política dos camponeses no espaço em que ocupam na sociedade mais geral.

Neste trabalho, nos deteremos no segundo momento deste processo, ou seja, no processo de assentamento pelo entendimento de que é no assentamento que se define o modelo político e econômico da estrutura fundiária, da organização das formas de produção e especificamente, é no assentamento que se produz a afirmação da identidade social destes sujeitos.

Segundo Gehlen (1986) na fase de assentamento, percebe-se que aqueles que participaram de formas organizadas de luta pelo acesso à terra passaram por uma "profunda reflexão sobre sua condição social e iniciaram a percepção de forma coletiva da dimensão política de sua luta, da complexidade e contradições das

relações sociais e dos interesses de classe em confronto. Isto permite participar na elaboração e clareza do projeto político, 'do modelo' de sociedade que interessa, projeto que se materializa a nível específico na organização da produção e da vida social, na articulação política (de classe), na solidariedade interna e, no nível mais geral, com o conjunto dos que precisam da transformação da sociedade para construir relações igualitárias e livres entre todos". (Gehlen, 1986; 60)

É justamente diante de tal aspiração de igualdade, que se formula um outro questionamento: Como é que se articulam no interior do MST, a identidade de "ter terra" e a identidade de "ser mulher"? Como se articulam as identidades da trabalhadora rural e a identidade de gênero feminino?

## *II – A identidade enquanto conflito:*

### *a condição da mulher trabalhadora rural*

Recorrendo às estatísticas, Lavinias e Giuliani (1989) observam que as mulheres, enquanto trabalhadoras rurais assumem sua identidade, ou, pelo menos, estas tornam-se visíveis às estatísticas e ao conhecimento formal bastante recentemente. Referem-se a este fato como ocorrendo por volta dos anos 70, quando houver um ligeiro incremento na participação feminina nos censos agrícolas. Afirmam as autoras que, embora saiba-se que juntamente com as crianças as mulheres compõem a grande maioria da mão-de-obra familiar rural não remunerada, dados como os do censo agropecuário de 1950 consideram apenas 21,9% das mulheres constituindo os trabalhadores na agricultura, contra 60,8% dos homens e 23% das crianças com menos de 14 anos. Neste caso as mulheres ficaram como o grupo menos significativo dos três. As autoras levantam suspeitas sobre a veracidade destas afirmações e salientam o incremento da participação feminina nos censos agrícolas a partir de 1970, onde as mulheres são estimadas em 25,5% do pessoal ocupado, o que equivaleria a 5,5 milhões de mulheres aproximadamente.

Chamamos a atenção para estes dados justamente pelas reflexões que eles possibilitam, e pelas suspeitas levantadas pelas autoras. Refletindo ainda com estes

veremos que a subestimação do lugar da mulher na produção agrícola é dada pela forma como as mulheres "se pensavam e ainda se pensam" no trabalho, ou seja, "como ajudantes do marido, responsáveis apenas pelos afazeres domésticos o que as leva a declararem-se como esposas do produtor, donas de casa, tão somente auxiliares na labuta da terra (Lavinias e Giuliani, 1989:4)

A forma como as mulheres "se pensavam e ainda se pensam" torna-se fundamental para o alcance de nossos objetivos, e possibilita ainda outras reflexões: O que faz com que as mulheres assumam tal ou qual identidade? Como se constrói nesta dinâmica a sua identidade de gênero?

A hipótese que Lavinias e Giuliani trabalham é a de que as trabalhadoras rurais assumem sua identidade na medida em que ocorre sua inserção enquanto trabalhadora assalariada, sua proletarização.

No entanto, o que se torna "irônico" neste processo é que a identidade da mulher trabalhadora rural é assumida (pelo menos diante dos levantamentos estatísticos) mediante a perda de autonomia de sua classe, ou seja, é o êxodo rural, ou a necessidade da mulher sair de casa para trabalhar fora que vai caracterizar esta "nova identidade social".

Torna-se óbvia o fato de que esta chamada "nova identidade" não é tão nova assim, a mulher há muito tempo é trabalhadora, sem ser aqui necessário recorrer à história para comprovar isto. O que parece então colocar-se como de fundamental importância é o direito do trabalho feminino ser considerado produtivo e constitutivo de identidades.

Esta discussão é bastante complexa e acaba por nos remeter ao cotidiano e à história destas mulheres. Cotidiano este caracterizado pela filiação às unidades de produção familiares. Nestas unidades, as relações de trabalho assumem sua especificidade e a divisão sexual do trabalho torna-se transparente, bem como a demarcação dos papéis a serem assumidos. Assim, às mulheres é destinado o espaço da reprodução, ou seja, o espaço doméstico, sendo o trabalho na lavoura considerado, na maioria das vezes extensão deste, e ao homem é destinado espaço da produção, o trabalho pesado.

A oposição leve-pesado vai outorgar ao trabalho

feminino o estatuto de no máximo ajuda ao homem, ou em muitos casos nem é considerado trabalho. Uma ilustração disto encontra-se presente nos Estatutos do Assentamento de Nova Ronda RS, onde no item nº 3, referente à produção da lavoura afirma: "As mulheres e crianças não são obrigadas a trabalharem na lavoura. Quando no final do ano receberão um prêmio de estímulo" (Cadernos de Formação, 1986: 87). O que nos leva a interrogar a oposição leve-pesado, adjetiva ao trabalho, não pelas características somente do trabalho em si, mas pela sua possibilidade de transformação em mercadoria. Se este questionamento é pertinente, ou não, resta ainda considerar, como também a pertinência da afirmação sobre a formação gerada pela divisão sexual do trabalho.

Lechat (1990) em seu trabalho junto às mulheres sem terra destaca que quando as mulheres relatam a sua vida antes do acampamento, não se referem à divisão sexual do trabalho, mas sim, a distinção entre nós (a família) e o proprietário das terras. Neste caso a identidade parece solidificar-se na oposição da família-proprietário. É a unidade da família edificando identidades. Parece ser, no entanto, a luta pela terra, bem como as mobilizações que se dão em torno dela, que vão ampliar o sentido da oposição anterior, os horizontes familiares são estendidos, abrangendo agora o nós (sem terra) em oposição aos grandes proprietários e seus representantes. Fica então a pergunta: Como se constrói (se é que se constrói) a oposição nós mulheres contra toda e qualquer dominação de gênero?

Parece ser então o apelo ao questionamento dos velhos papéis, bem como a participação política firmados no cenário do MST, que dimensiona a construção da identidade de gênero. O "ser trabalhadora rural sem terra" poderá frisar, ou não, o gênero como definidor de identidades.

A primeira vista nos parece serem paralelas ou complementares as duas identidades. Se o são, como se explica o fato de que em alguns assentamentos as mulheres e os homens, que participaram de toda a luta anterior, retornarem à antiga divisão sexual do trabalho e à conseqüente atribuição de "status" aos mesmos.

Somam-se às anteriores as últimas perguntas,

reencontrando a discussão inicial: O que acontece a partir destas condições? Como, através da experiência no movimento Sem Terra, as mulheres constroem suas identidades? Estas e outras indagações norteiam nosso projeto de pesquisa, que, por ora, continua em fase de sua elaboração.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARROSO, Carmem. *Estudos sobre Mulher: descompasso na expansão do ensino e da pesquisa*, caderno da ANPOCS, 1987.
- BRUSCHINI, Cristina. *Mulher e Trabalho: Uma avaliação da década da mulher*, SP, Ed. Nobel, 1985.
- COSTA, Albertina de Oliveira et alii. *Pesquisa sobre mulher no Brasil: Do limbo ao gueto?* Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, 1985.
- GEHLEN, Ivaldo. *A participação nos assentamentos rurais*, Contexto e Educação, Ijuí, Unijui, RS, 1986.
- HEREDIA, B et alii. "O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas" in Aguiar, N. *Mulheres na força de trabalho na América Latina*, Petrópolis, Vozes, 1984.
- HUMPHREY, John. *Sindicato, um mundo masculino*, Novos Estudos CEBRAP, nº 1, abril, 1983.
- LAVINAS, Lena e Giuliani, Paola. *Gênero e classe: Mulheres trabalhadoras rurais*, mimeo, Rio de Janeiro, 1989.
- LECHAT, Noele. *Relatório de Pesquisa - O trabalho da mulher camponesa assentada*, mimeo, Campinas, 1990.
- LOBO, Elizabeth Souza. *Gênero como categoria analítica*, mimeo sem data.
- LOBO, Elizabeth Souza. *Homem e mulher: imagens das ciências sociais*, caderno da ANPOCS, 1987.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da História*, RJ, Ed. Paz e Terra, 1988.
- PERROT, Michele. "Une histoire des Femmes est-elle possible?" Paris Rivages, 1984.
- RUBIN, B. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*, SP, Ed. Brasiliense, 1987.
- SCOTT, Joan. *Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica*, mimeo sem data.
- TAJFEL, Henri. In Jurbeig, *Marise*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 1989.

FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL

